

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Boatim

Class.: 540

Data: Dezembro de 1984

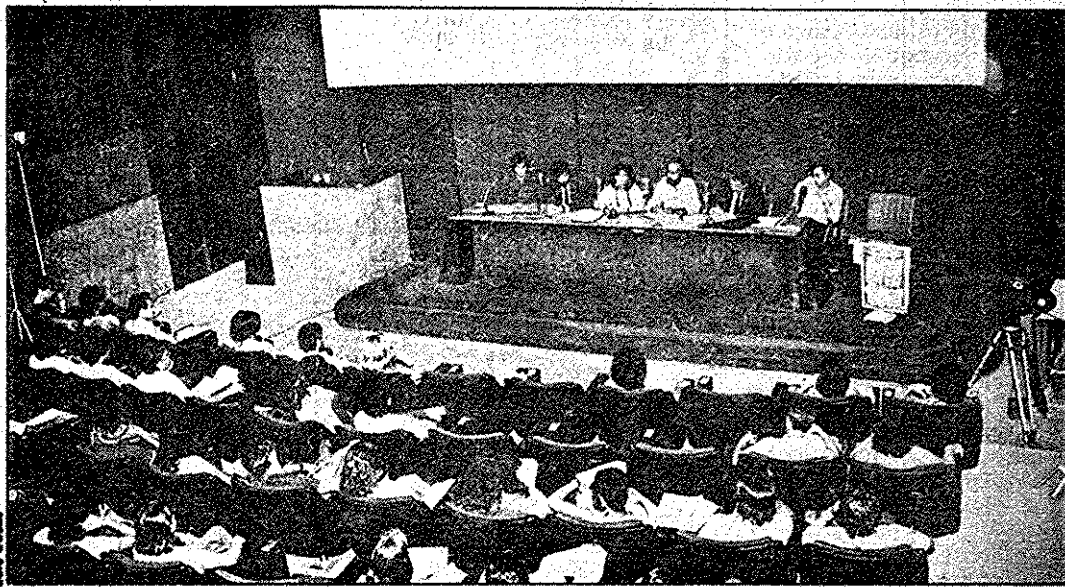
Pg.: _____

NOTÍCIAS DA CAMINHADA

Começa a ser articulada nova política indigenista

Por sua localização estratégica, Brasília — a capital do poder — foi o lugar escolhido para a realização de um simpósio sobre "Índios e Estado", promovido pela Fundação Pedroso Horta, do PMDB, com a colaboração direta de entidades indigenistas. O simpósio ocorreu no luxuoso auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal, nos dias 26 e 27 de novembro, quando, durante dois dias, lideranças indígenas, antropólogos, indigenistas, advogados, deputados e jornalistas discutiram sobre terra, autodeterminação, saúde, educação, o direito e o Estado de direito, as sociedades indígenas e o desenvolvimento econômico.

Na tentativa de contribuir com o candidato à Presidência da República, Tancredo Neves, para a formulação de uma nova política indigenista, o simpósio visou a abrir a discussão, da maneira mais ampla possível, sobre o assunto. A abertura, na manhã do dia 26, foi feita pelo deputado Mário Juruna — presidente da Comissão do Índio. Nessa mesma manhã, Ailton Krenak — da União das Nações Indígenas (UNI) — no painel sobre "Autodeterminação das Sociedades Indígenas", condenou a postura colonialista e escravocrata do Estado brasileiro diante dos povos indígenas no Brasil. "O povo indígena é o único povo que nunca teve diante do Estado o direito a representação política; não é reconhecido com vontade própria". Defendendo também a representação e participação dos índios no processo de definição de uma nova política indigenista, Ailton disse que "a tutela não dá ao Estado o direito de arbitrar e de substituir sobre a vontade do índio, pois não mais é possível viver tendo nossa vontade substituída ou ignorada". Desse painel partici-



Na Câmara Federal, políticos, índios e indigenistas debatem sobre o Índio e o Estado

param os antropólogos Olympio Serra, Eunice Durham e Carlos Moreira Neto, como também o deputado Mário Juruna.

Na tarde de 26 de novembro, os participantes do simpósio levantaram significativas diretrizes de discussões no painel "Terra, Saúde, Educação: Condições de Vida Autodeterminada", coordenado por Marcos Tereza. Novamente, na ocasião, foi colocada a necessidade de as comunidades indígenas e setores que apoiam suas lutas exercerem, de forma sistemática e organizada, uma forte pressão política sobre o Estado, pois, segundo palavras de uma liderança indígena, "quieto, parado ninguém vai dar nada para a gente e só vamos levar bordunada na cabeça".

Tanto na manhã quanto na tarde do dia 27 de novembro — último dia do simpósio — os painéis "O Direito e o Estado de Direito" e "As Sociedades Indígenas e o Desenvolvimento Econômico" abordaram, com uma clareza cristalina, a urgên-

cia de se ocupar todos os canais de expressão política e de prestar solidariedade aos povos indígenas. Na opinião do advogado Alvaro Reinaldo de Souza — da Universidade Federal de Santa Catarina — por exemplo, "um Estado de Direito democrático tem que supor a condição de plurinacionalidade no Brasil".

DOCUMENTO

De concreto, porém, o simpósio revelou, no seu final, um documento com pontos programáticos para uma nova política indigenista. Na manhã do dia 28 de novembro, uma comissão de lideranças indígenas e representantes de entidades indigenistas entregou o documento ao ex-governador de Minas Tancredo Neves. Entre suas diretrizes gerais, o documento reivindica a criação de mecanismos de representação capazes de garantir a comunicação direta entre os povos indígenas e o Estado brasileiro, coadunado com uma política de ação que atenda às necessidades de cada etnia e o

seu direito de expressão e autodeterminação. Para isso, deve-se redefinir politicamente a agência indigenista do Estado, vinculando-a diretamente à Presidência da República.

A proposta contida no documento não é, contudo, definitiva. E o início de uma ampla discussão entre os índios na aldeia, com possibilidade de sair um outro documento bem mais sucinto e realista às necessidades e reivindicações das populações indígenas. Além do mais, o documento — resultado do simpósio aborda, com seriedade, questões cruciais como o órgão indigenista oficial, saúde, educação, relação povos indígenas e sociedade nacional e questão indígena e relações exteriores. Porém, seu maior objetivo é criar um espaço democrático diante da atual conjuntura política nacional. Como conseguir isso no governo Tancredo, que já vem se constituindo dentro de uma linha política inequivocadamente conservadora?